XIX Encontro Nacional de Tecnologia do Ambiente Construído
ENTAC 2022

Ambiente Construído: Resiliente e Sustentável
Canela, Brasil, 9 a 11 novembro de 2022

Estudo para elaboração de guia prático para assistência técnica privada em habitação social para as classes C e D

Study for the elaboration of a practical guide for private technical assistance in social housing for social classes C and D

Jenyffer Thayná Santana do Nascimento
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS | Campo Grande, MS | Brasil | jenyffer.santana@ufms.br
Andrea Naguissa Yuba
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS | Campo Grande, MS | Brasil | naguissa.yuba@ufms.br

Resumo
O empreendedorismo social na arquitetura e engenharia possibilita o exercício da assistência técnica para famílias de baixa renda no setor privado, porém o desconhecimento sobre esse mercado dificulta a inserção dos profissionais, pois a literatura existente carece de informações práticas. Assim, este artigo apresenta o processo de aquisição de dados para elaboração de guia prático para exercício de assistência técnica em habitação social para profissionais da construção civil. A coleta de dados foi realizada com profissionais e entidades já atuantes, além da literatura disponível. Dados das entrevistas são apresentados como resultados. As próximas etapas compreendem desenvolvimento do guia e materialização.

Palavras-chave: Arquitetura. Engenharia. Empreendedorismo social. Baixa renda. ATHIS.

Abstract
Social entrepreneurship in architecture and engineering enables the practice of technical assistance to low-income families in the private sector, but the lack of knowledge about this market niche hinders the insertion of professionals, because the existing literature lacks practical information. Thus, this paper presents the data acquisition process for the elaboration of a practical guide for the technical assistance in social housing for civil construction professionals. The data collection was carried out with professionals and entities already active,

Como citar:
NASCIMENTO, J. T. S.; YUBA, A. N. Estudo Para Elaboração de Guia Prático para Assistência Técnica Privada em Habitação Social Para as Classes C e D. In: ENCONTRO NACIONAL DE TECNOLOGIA DO AMBIENTE CONSTRUÍDO, 19., 2022, Canela. **Anais**... Porto Alegre: ANTAC, 2022. p. 1-13.

in addition to the available literature. Data from the interviews are presented as results. The next steps include development of the guide and its materialization.

Keywords: Architecture. Engineering. Social entrepreneurship. Low income. ATHIS.

INTRODUÇÃO

Apesar de o direito à habitação ser garantido constitucionalmente, conferindo ao governo grande parte da responsabilidade de prover moradia, é inegável a contribuição da iniciativa privada e do terceiro setor no enfrentamento desse problema.

Em 2008, foi criada a Lei Federal 11.888/2008 de ATHIS (Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social) que predispõe de serviços técnicos de Arquitetura e Engenharia para habitações de famílias com renda de até três salários mínimos (BRASIL, 2008). Entretanto, mesmo após quatorze anos de sua vigência, a Lei ainda é pouco explorada, havendo um atraso em sua implantação em todo país (MUNGIOLI, 2018). Desde então, crescem as ações de incentivo para realização da ATHIS, como seminários nacionais, fóruns e oficinas, porém, ainda não são suficientes para configurar uma contribuição efetiva para sanar os problemas que envolvem as habitações para famílias de baixa renda.

Em contrapartida, atualmente é possível encontrar escritórios de arquitetura e engenharia do setor privado com foco no atendimento das classes C (renda de 4 a 10 salários mínimos) e D (renda de 2 a 4 salários mínimos).

O Instituto Vivenda, empresa de tecnologia responsável pelo financiamento de serviços em escritórios populares, realizou um mapeando para identificar os negócios-modelo de arquitetura e engenharia popular no Brasil, que resultou em um rol de apenas 60 empreendimentos (SCHERER, 2021), o que expressa o quão embrionário ainda é esse nicho de atuação, apesar da existência da Lei.

Boa parte da literatura que se dedica à ATHIS discute o contexto sociopolítico de democratização do acesso ao espaço urbano, influenciados pelas diversas ocupações ilegais que foram geradas pela falta de políticas públicas de auxílio à moradia no Brasil. Outras publicações (FERREIRA, 2015; PEREIRA et al, 2016; FERREIRA, 2017; SOUSA, 2018) se dedicaram às políticas habitacionais, com foco tanto no Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) e no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Os trabalhos em boa parte, exploram o contexto que considera de um lado, movimentos sociais de luta por moradia e Estado, sobretudo no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida, e de outro lado, construtoras e capital financeiro. Há ainda outros, que exploram a questão financeira, como Furlan e Duda (2019) e Nascimento (2011) que atestam que a execução da ATHIS depende de outros recursos, além da Lei 11.888/2008.

Dentre esses outros recursos, carece nessa literatura a abordagem aplicada da ATHIS, ou seja, os passos/obstáculos de execução da assistência técnica. Em se tratando da iniciativa privada, há dificuldade de obter informações da prática e gestão de escritórios, o que pode ser um dos motivos que impedem o crescimento de profissionais nesse mercado.

Oficinas e minicursos tem sido instrumentos ágeis para disseminação de informação prática e têm sido ofertados ocasionalmente, como as Oficinas ATHIS (PEABIRU, 2016), que debatem os desafios para implementar a assistência técnica. As oficinas ainda são as maiores fontes de informação para capacitar e ingressar profissionais no campo da ATHIS, pois ensinam e mostram o passo a passo para cada etapa do trabalho. Mas também são necessários materiais escritos, simples e de fácil acesso para instruir os profissionais que querem ingressar nesse mercado.

A DEMANDA DE UM NOVO GUIA

CONTEÚDO DE GUIAS E MANUAIS EXISTENTES

Documentos de divulgação e sensibilização são numerosos (ARRUDA, 2007; CREA/MG, 2009 ; GOMES et al,2009; SANTOS et al,2010; SALAZAR, STROHER, GRAZIA,2019; AZEVEDO et al,2018; POLETTO et al, 2020; BUCKER et al, 2020) e informam sobre a Lei e a necessidade da ATHIS ser aplicada pelos profissionais da área.

Até 2020, todos os guias direcionavam seu conteúdo para a prática em forma de políticas públicas, não abrangendo a ação realizada por profissionais autônomos e do setor privado, comumente autodenominados “escritórios populares”.

Essa convergência - o que determina a Lei e o tipo de ação praticado pelos empreendedores sociais, de provimento de acesso ao serviço de projeto e obra de habitação para um maior número de pessoas - tem ficado mais clara e suscita atenção dos órgãos profissionais.

De acordo com NICHOLLS (2006), “a abordagem dos empreendedores sociais é única, já que é, ao mesmo tempo, evolucionário e revolucionário”, e o sucesso do seu mercado não é medido apenas no lucro financeiro, mas também na melhoria da qualidade de vida das pessoas. Para esse tipo de empreendedor, qualquer indivíduo tem potencial para realizar transformações em toda uma sociedade e essas mudanças não cabem apenas aos governos e indivíduos poderosos.

Então, em 2020, o CAU de Santa Catarina lançou o guia “ATHIS – Guia de Assistência Técnica para Habitação Social: O Passo a Passo”, com base no conteúdo aplicado no curso PEI – ATHIS, destinado a capacitar profissionais a atuarem com assistência técnica em Santa Catarina (CAU/SC, 2020). O guia traz informações sobre a prática da ATHIS que abrange profissionais do setor público e privado, a academia, os movimentos sociais, a população demandante e o poder público. Porém, dada a abrangência, o manual fez uma abordagem genérica, carecendo de informações básicas para quem deseja ser um empreendedor social exercendo arquitetura ou engenharia popular.

No mesmo ano, em um avanço para o cenário do empreendedorismo social, o CAU do Distrito Federal lançou a cartilha de orientações “Escritórios Populares de Arquitetura – Organizar, Empreender e Inovar”, trazendo modelos de negócios para serem aplicados por profissionais de desejam trabalhar com o público de baixa renda. O material tem grande potencial para ser um ponto de partida para escritórios de arquitetura e engenharia, mas ainda faltam mais informações sobre o gerenciamento, organização financeira e metodologia dos processos dos trabalhos.

O QUE NÃO ESTÁ CONTEMPLADO NOS GUIAS E MANUAIS ATUAIS

Métodos de projetos, soluções técnicas para projetos arquitetônicos em habitações de baixa renda e diferentes possibilidades para cobrança de honorários são alguns dos assuntos não presentes nesses documentos técnicos.

Entender como é possível orçar e cobrar por um projeto de Arquitetura e Engenharia para classes menos abastadas foi citado nos manuais (POLETTO et al ,2020; BUCKER et al, 2020) e parece ser um dos maiores desafios para os que desejam trabalhar nessa área, além de informações sobre a viabilização do empreendimento e atendimento eficiente (BUCKER et al, 2020).

Nesse sentido, este trabalho apresenta o processo de pesquisa para o desenvolvimento de um produto técnico em formato de guia para incrementar o suporte prático daqueles que desejam atuar no mercado de assistência técnica realizada pela iniciativa privada, apresentando dados práticos sobre ATHIS, além de vincular noções de empreendedorismo social e explorar os resultados possíveis da assistência técnica privada.

MÉTODO

No processo de elaboração do guia, foram consideradas cinco etapas: preconcepção, desenvolvimento, esboço, materialização e publicação, de acordo com o processo desenvolvido por Nakamura (2018) e Sousa (2020) que trataram da elaboração desse mesmo tipo de produto técnico.

O conteúdo deste artigo compreende as duas primeiras etapas, partindo de uma análise teórica, com revisão bibliográfica da literatura existente e da Lei nº 11.888/2008 visando entender os entraves, as lacunas e a aplicabilidade da assistência técnica privada no Brasil.

A falta de dados práticos que foi observada no decorrer do processo resultou na busca por dados primários, em entrevistas com profissionais de arquitetura e engenharia, de escritórios voltados para projetos de habitações de famílias de baixa renda, para compreensão de seu funcionamento.

Para orientar tal busca, os escritórios “VIVA! Arquitetura popular” e “Arquiteto de família” foram previamente contatados, em entrevistas não estruturadas. Esses contatos auxiliaram no contato e direcionamento de perguntas a serem realizadas com os demais escritórios.

Os escritórios, eleitos por busca em rede social (apenas Instagram) e sites relacionados à ATHIS (palavras-chave de busca: “ATHIS”, “escritório athis”, “escritório popular”, “arquitetura popular” e “engenharia popular”) resultaram em um rol de 40 empreendedores sociais/escritórios privados. Todos esses escritórios, somados aos 2 já citados totalizam 42 empreendimentos de arquitetura e engenharia popular. Considerando o mapeamento do Nova Vivenda (mencionado na Introdução), há ao menos outros 18 escritórios, mas não foram encontrados nessa busca. Dessa forma, dos 60 escritórios mapeados pelo país, foi possível contatar 40 empreendedores, dos quais 9 (22,5%) aceitaram e participaram da pesquisa, em entrevistas semiestruturadas.

O questionário contou com 21 perguntas, contendo até 5 alternativas de respostas e opção de resposta livre, e foi realizado em 4 tópicos:

a) **perfil do cliente atendido por esses escritórios:** classes econômico-sociais atendidas, suas necessidades e características;
b) **estrutura e gestão dos processos administrativos:** gestão do escritório, estrutura e quantidade da equipe de trabalho, divisão dos setores e prazos praticados para desenvolvimento dos projetos;
c) **estrutura financeira:** modos de cobrança pelos serviços prestados, margem de lucro para esse tipo de empreendimento e a gestão do orçamento (geralmente bem limitado) do cliente;
d) **elaboração de projetos e execução de obras:** métodos de projeto, tipologias e demandas de projeto mais frequentes, processos adotados para projeto e obra.

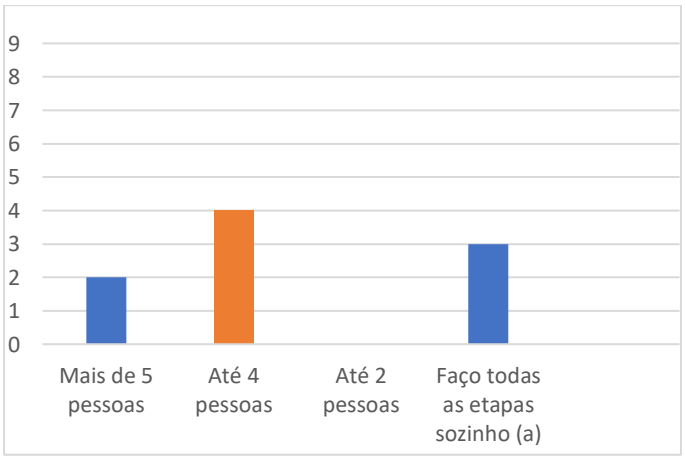
As respostas obtidas foram analisadas em conjunto com as informações da pesquisa bibliográfica.

RESULTADOS

A REALIDADE DOS EMPREENDEDORES SOCIAIS EM ARQUITETURA E ENGENHARIA

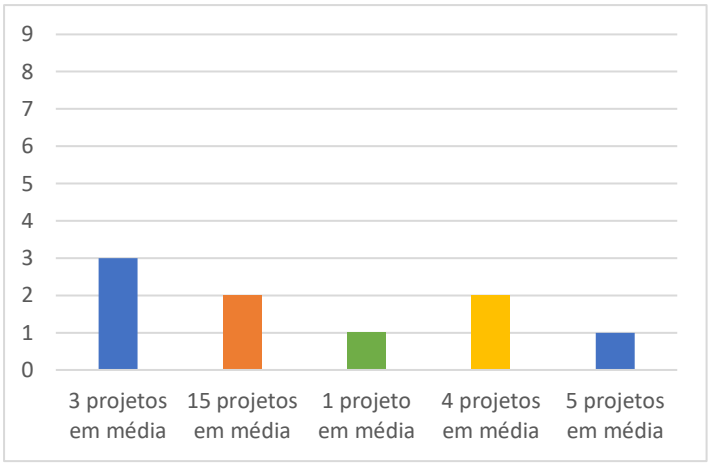
As respostas obtidas dos escritórios participantes apontam a realidade da atuação nesse mercado. A quantidade de pessoas envolvidas na equipe dos escritórios participantes é de, em média de 4 pessoas (figura 1). Esse número está relacionado a demanda dos escritórios, que informaram suas demandas de projetos contratados mensalmente (figura 2).

Figura 1: **Quantidade de pessoas nas equipes dos escritórios populares privados.**



Fonte o autor. 2022

Figura 2: **Quantidade de projetos atendidos mensalmente nos escritórios populares privados.**

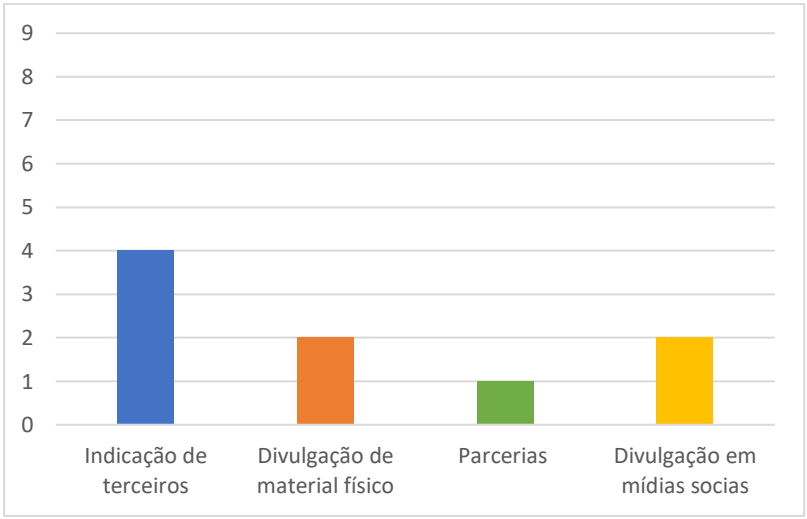


Fonte o autor. 2022

Em relação a marketing e captação de clientes, os entrevistados indicaram os meios mais utilizados para divulgação de seus escritórios sendo:

- Indicação de terceiros: vizinhos, parentes, clientes;
- Material físico: cartões, panfletos, banners, outdoors, placas;
- Parcerias: lojas do segmento ou com outros profissionais da área;
- Mídias sociais: Instagram, Facebook, YouTube;

Figura 3: **Meios mais eficaz de captação de clientes nos escritórios populares privados.**



Fonte o autor. 2022

Todos os meios geram bons resultados, isoladamente ou de forma conjunta, mas 44% dos entrevistados apontaram a indicação de terceiros como a maneira mais eficiente de captação de clientes (figura 3).

De acordo com 67% dos profissionais, manter a estabilidade financeira é a maior dificuldade em gerir um escritório popular. Uma das principais características que diferenciam os escritórios populares dos tradicionais que atendem classes mais altas, é a maneira de elaborar e receber os honorários pelos serviços prestados. Segundo as entrevistas, 54% consideram a capacidade de pagamento a maior dificuldade desse perfil de cliente.

Na literatura, não foi encontrada menção acerca da margem de lucro praticada por profissionais/empreendedores da ATHIS privada. Segundo os participantes da pesquisa, a margem de lucro estimada pode chegar em até 50%. A média dos escritórios atuantes é definida para dialogar com a realidade salarial do seu cliente, tornando seu trabalho mais acessível.

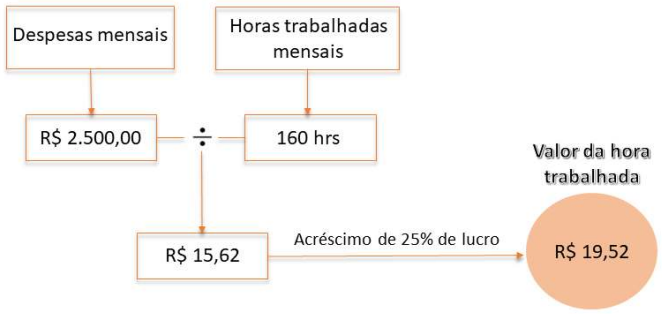
Desses empreendedores, 80% atuam em parceria com o Instituto Nova Vivenda, que viabiliza aos clientes o pagamento dos serviços prestados pelos escritórios em até 30 parcelas através de boleto bancário. Para esses, a inadimplência foi considerada rara e alguns escritórios afirmaram não terem clientes inadimplentes (44%) e os que têm, estimam que seja em torno de 5%.

Nessas situações, aqueles que se relacionam com o Nova Vivenda não precisam lidar com as inadimplências, pois o Instituto assume a resolução do fato diretamente com o cliente. Os escritórios que não têm vínculo com o Nova Vivenda (20%), resolvem os casos inadimplentes com negociação (80%) ou encerramento dos serviços (20%).

Os empreendedores da causa Nova Vivenda possuem uma mesma metodologia de elaboração de orçamento para os clientes: (1) os profissionais desenvolvem apenas um processo de trabalho que engloba projeto, execução de obra; (2) realizam levantamento dos custos da obra e (3) acrescentam uma taxa administrativa no valor total. A taxa administrativa é de, em média, 25% do valor da obra, e é destinada aos custos do escritório, do profissional e lucro pelos serviços prestados.

O profissional pode elaborar orçamento através de outros métodos, sendo os mais comuns identificados neste trabalho: (1) hora trabalhada e (2) avaliação das condições do cliente para elaboração de um orçamento individual e personalizado. A figura 4 exemplifica o cálculo de hora trabalhada.

Figura 4: Esquema de cálculo de hora trabalhada.



Fonte o autor. 2

As 3 maiores dificuldades dos clientes, na percepção dos profissionais são:

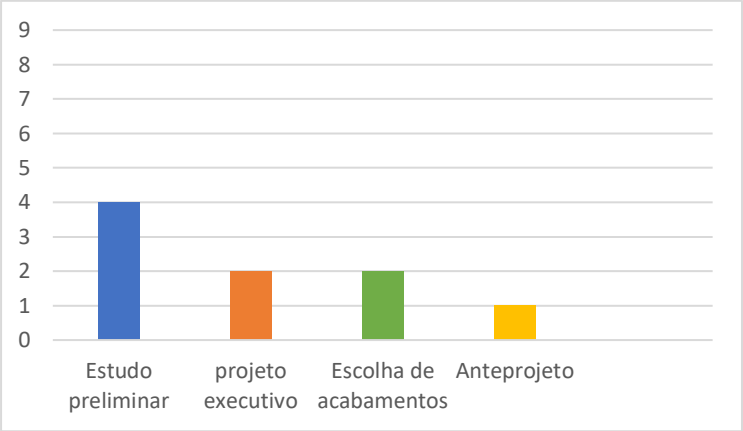
- a expressão de suas necessidades e desejos;
- falta de capacidade de pagamento;
- conhecimento restrito sobre os serviços de arquitetura e engenharia (processos, prazos, trabalhos desenvolvidos entre outros).

Os tipos de intervenção mais solicitados para esses profissionais são:

- reformas em áreas úmidas - banheiro e cozinha;
- ampliações de ambientes (quartos, cozinhas e varandas).

A metodologia participativa, que consiste no envolvimento direto do cliente nos processos de criação e desenvolvimento das etapas do trabalho que será executado, é utilizada nos escritórios populares entrevistados para obter melhores resultados finais (100%). Os participantes relataram que a metodologia participativa pode ser praticada em diversas etapas do processo de trabalho, com graus variados de participação (figura 5).

Figura 5: Etapas do processo de trabalho com participação do cliente.

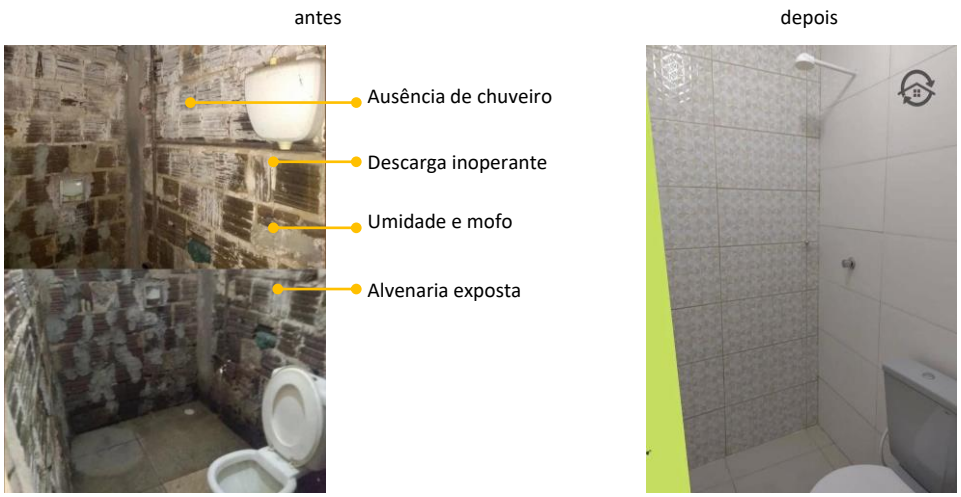


Fonte o autor. 2022

Foram citadas como forma de participação: tomada de decisão entre opções pré-definidas, desenvolvimento conjunto de layout. Essas participações refletem (1) na melhoria da compreensão do cliente sobre o trabalho desenvolvido pelo profissional, (2) na consciência do cliente sobre as decisões técnicas e (3) na redução de mudanças de projeto durante a execução da obra.

Os participantes também contribuíram com exemplos detalhados de intervenções realizadas, descrevendo os problema e soluções encontrados, possibilitando maior compreensão do que está sendo produzido nos projetos de assistência técnica privada (Figura 6).

Figura 6: Exemplos de Intervenção em banheiro e cozinha (antes, à esquerda acima, centro e abaixo e depois, à direita acima, centro e abaixo).





Fonte: ConstrUnir Engenharia. 2020.

DEFINIÇÃO DO PÚBLICO-ALVO DO GUIA PRÁTICO: OS PROFISSIONAIS INEXPERIENTES EM ASSISTÊNCIA TÉCNICA

No levantamento, foram identificados profissionais que atendem clientes das classes C e D e outros que atendem também a classe E, ainda que por intermédio de subsídios governamentais.

Também foi confirmado que há pouca variedade de profissionais atuando nesse nicho, sendo arquitetos e urbanistas e engenheiros civis. Assim, esse foi o público-alvo definido para o guia, podendo ser profissionais autônomos ou empresas, e é pressuposto que sejam inexperientes em ATHIS.

O cliente típico caracterizado no guia pode ser individual ou familiar, estar enquadrado em diferentes classes de renda (de 2 a 10 salários mínimos), ter uma habitação em diferentes graus de precariedade e em diferentes situações de posse do imóvel.

Concentra-se nas classes C e D urbanas, o que determina a forma de comunicação entre profissional e cliente, os típicos desafios que serão encontrados e as necessidades a serem solucionadas. Outros grupos específicos como o rural, indígena, quilombola e ribeirinho, por exemplo, não estarão contemplados pelo guia, pois esses necessitam de outras diretrizes e políticas públicas para terem de fato atendidas as suas necessidades.

DEFINIÇÃO DA ESTRUTURA PRELIMINAR DO GUIA PRÁTICO

Os assuntos-chave do guia derivaram da análise da literatura e das respostas obtidas nas entrevistas realizadas com os escritórios e resumem-se em 6 partes:

- **contexto da ATHIS e do empreendedorismo social; informação e capacitação dos profissionais a respeito da ATHIS no setor privado**: há pouca discussão na literatura existente, além da falta de conhecimento do assunto por parte dos profissionais. Dessa forma, informar e capacitar os profissionais é o primeiro assunto do guia. Essa inclusão é decorrente da constatação de que os profissionais atuantes não reconhecem seus trabalhos como ATHIS/assistência técnica, e adotam o termo "escritório popular", "arquitetura popular" e/ou "engenharia popular". Por ser um mercado e assunto pouco explorados, esse é um conteúdo que foi considerado importante ser tratado.
- **a estrutura do escritório para iniciar e atuar no mercado de habitação social:** a estrutura de um escritório popular possui processos diferentes dos escritórios tradicionais, que são reduzidos e otimizados, adequando o atendimento ao perfil tipológico dos projetos e e possibilitando a redução de custos de mão de obra do escritório. Dessa maneira, é possível o desenvolvimento de projetos a valores mais acessíveis. Assim, é preciso informar as primeiras etapas para conhecimento dos profissionais que desejam ingressar na área.
- **orientações gerais sobre gestão desse tipo de empreendimento;**
- **formas de marketing e captação de clientes;**
- **questões sobre a gestão financeira e definição de honorários;**
- **metodologia de projeto para habitação social:** assim como a gestão, marketing e questões financeiras, a metodologia de projetos é um processo do escritório popular que precisa ser simplificado em quantidade de etapas sem perder a qualidade de atendimento e produto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ATHIS como empreendimento social é um potencial que exige materiais que deem suporte aos profissionais que desejam atuar nesse mercado. A literatura existente carece de informações técnicas sobre a prática da ATHIS privada, e os profissionais entrevistados concordam com a utilidade desse tipo de suporte, o que confirma a necessidade do guia prático.

Os 6 assuntos definidos para compor o guia envolvem toda a parte prática da ATHIS no setor privado, mas ainda não explorada pela literatura existente, o que também justifica a realização do trabalho.

A busca de dados primários com os profissionais que atuam em escritórios populares colaborou para dar objetividade à abordagem do tema, além de ter aberto o leque de termos correlatos à ATHIS. Os termos até então utilizados para o guia, "ATHIS privada" e "assistência técnica privada" são, portanto, provisórios e ainda demandam mais elaboração.

A próxima etapa consiste em definir o esboço do guia com os 6 assuntos, reunindo os dados obtidos. A estrutura do guia será dividida por assuntos, definindo especificamente cada etapa e seus processos. Após definido o esboço, o material resultante será transformado em um protótipo para divulgação.

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS/MEC – Brasil e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (Capes) – Código de Financiamento 001.

REFERÊNCIAS

1. ARRUDA, A. Assistência Técnica, um Direito de Todos – Construindo uma política Nacional. Experiências em Habitação de Interesse Social no Brasil. Brasília – DF, 2007.
2. BRASIL. Decreto nº 11.888 de 24 de dezembro de 2008. Assegura às famílias de baixa renda assistência pública e gratuita para o projeto e a construção da habitação de interesse social e altera a Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11888.htm. Acesso em: 03 de agosto de 2021.
3. BUCKER et al. Escritórios Populares de Arquitetura – Organizar, Empreender, Inovar. CAU/DF, Brasília – DF, 2020.
4. CARDOSO, F. S.; AMORE, C. S. Assessoria e Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social no Brasil. XV Coloquio Internacional de Geocrítica Las ciencias sociales y la edificación de una sociedad post-capitalista. Barcelona, 2018.
5. Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Santa Catarina - CAU/SC. Guia Da Assistência Técnica para Habitação Social: O Passo a Passo. 2020. Disponível em: https://www.causc.gov.br/wp-content/uploads/2020/08/Guia-de-ATHIS-o-passo-a-passo-1.pdf . Acesso em: 01 de agosto de 2021.
6. Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais – CREA/MG. Assistência Técnica: Direito de Todos!. O Ato de Morar é o Ato Fundamental da Vida Humana. CREA/MG, Belo Horizonte – MG, 2009.
7. DAMAZIO, K. Entrevista [Entrevista concedida a] Jenyffer Nascimento.2021
8. ESTEVÃO, M. Entrevista [Entrevista concedida a] Jenyffer Nascimento. 2021
9. FERREIRA, A. D. D. Habitação de Interesse Social: aspectos históricos, legais e construtivos. 1. Ed. Rio de Janeiro: Interciência, 2015.
10. FERREIRA, L. Arquitetos Militantes na Urbanização de Favelas. In XVII ENAPUR. São Paulo, 2017.
11. FIM, M.; SILVA, A.C.M.; BRAGA, B. D.; OLIVEIRA, H. S. A.; PEREIRA, J. H. T. Assistência Técnica Pública e Gratuita para Habitação de Interesse Social: Análise

das Condições Arquitetônicas de Residencias de um Bairro em Nova Venécia – ES. Revista IFES CIENCIA. 2019.

12. FURLAN, D. L. S.; DUDA, M. E. Estado da Arte da Pesquisa Científica Sobre ATHIS. In: XVIII ENANPUR. Natal: 2019, pp 1-24.
13. GIL, A. C. Como Elaborar Projetos de Pesquisa. Editora Atlas S.A. São Paulo. 2002.
14. GOMES et al. Engenharia e Arquitetura Públicas: Lei Federal 11.888/2008 Pelo Direito À Moradia Digna. CREA/MG, Belo Horizonte – MG, 2009.
15. MUNGIOLI, A. Os Dez Anos da Lei Nº 11.888/2008: Desafios e Linha do Tempo. Revista Projeto, São Paulo – SP, p. 30, Dezembro, 2018.
16. NAKAMURA, P. Guia Para Implantação de Coberturas Verdes: Versão Para o Contexto do Município de Campo Grande e Região. Dissertação, Faculdade de Engenharias, Arquitetura e Urbanismo e Geografia da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul. 2018.
17. NASCIMENTO, D. M. A Autoconstrução na Produção do Espaço Urbano. In: MENDONÇA, J. G.; COSTA, H.S. de M. (Orgs). In: FURLAN, Débora Luiza Schumacher; DUDA, Maria Eduarda. Estado da Arte da Pesquisa Científica Sobre ATHIS. XVIII ENANPUR. Natal: 2011, pp 1-24.
18. NICHOLLS, A. Introduction: The meanings of social entrepreneurship. In: NICHOLLS, A. (Ed.), Social entrepreneurship: New paradigms of sustainable social change. Oxford: Oxford University Press, 2006, p. 1–35.
19. PEABIRU. Oficinas ATHIS 2015/2016. Disponível em https://www.athis.org.br/oficinas-athis-2016/. Acessado em: 15 de fevereiro de 2021.
20. PEREIRA, R. B.; PEREIRA, M. B.; CARVALHO, C. S. A. de; JULIÃO, D. Construindo Redes para Políticas de Assistência Técnica em HIS: A Experiência das Oficinas ATHIS em São Paulo. In: Seminário URBFAVELA. Rio de Janeiro. 2016.
21. POLETTO et al. ATHIS - Guia De Assitência Técnica de Habitação Social: O Passo a Passo; Como Fazer?. CAU/SC, 2020.
22. SALAZAR, J; STROHER, l; GRAZIA, G. Assistência Técnica e Direito à Cidade. CAU/RJ, Rio de Janeiro – RJ, 2019.
23. SANTOS et al. Manual Para Implantação da Assistência Técnica Pública e Gratuita Para Famílias de Baixa Renda para Projeto e Construção de Habitação de Interesse Social. Instituto dos Arquitetos do Brasil, IAB. 2010.
24. SOUSA, F. P. de. Desenvolvimento de um Manual Para Iniciantes em Simulação Computacional do Desempenho de Edifícios. Dissertação, Faculdade de Engenharias, Arquitetura e Urbanismo e Geografia da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul. 2020.
25.
26. SCHERER, A. Como a Vivenda mudou seu negócio para dar escala a reformas de moradias populares. Disponível em: https://www.capitalreset.com/como-a-vivenda-mudou-seu-negocio-para-dar-escala-a-reformas-de-moradias-populares/ . 2021
27. SEBRAE. Como montar um escritório de arquitetura. Disponível em: https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ideias/como-montar-um-escritorio-de-

arquitetura,cbb32f06cd841510VgnVCM1000004c00210aRCRD#apresentacao-de-negocio. Acessado em: 05 de dezembro de 2021.

28. SOUSA, F. P. de. Desenvolvimento de um Manual Para Iniciantes em Simulação Computacional do Desempenho de Edifícios. Dissertação, Faculdade de Engenharias, Arquitetura e Urbanismo e Geografia da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul. 2020.